

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16802 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 21 - Trabalho e Educação

**TRABALHO INFANTOJUVENIL DOMÉSTICO/DOMICILIAR: QUANDO A “AJUDA”  
PODE ESCONDER A EXPLORAÇÃO**

Laura Souza Fonseca - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

**TRABALHO INFANTOJUVENIL DOMÉSTICO/DOMICILIAR:  
QUANDO A “AJUDA” PODE ESCONDER A EXPLORAÇÃO**

**RESUMO:** Como grupo acadêmico extensionamos e pesquisamos em uma periferia metropolitana tendo o trabalho infantojuvenil como problemática. Iniciamos a pesquisa em escolas públicas e a extensão em associações de moradores onde funcionavam ações de contraturno à escola e nosso interlocutor na comunidade, a quem apresentamos e com quem debatemos projetos e relatórios de extensão e pesquisa, e a minha tese, o conselho articulador das vilas. Quando as redes de proteção passaram a compor as microrregiões do conselho tutelar na cidade, em discussão com a rede, passamos a pesquisar os vestígios de trabalho infantojuvenil mediadas pela escuta dos relatos na rede de proteção à infância, à adolescência e à família daquela microrregião, atentas, também, a outras violações de direitos. Em escolas e no contraturno fizemos oficinas de extensão sobre o trabalho infantojuvenil, mediadas pelo ECA. Continuamos atuando nestes três campos, e desde o início nos deparamos com a tensão entre a exploração do trabalho infantojuvenil doméstico e domiciliar e a expressão “ajuda” esgarçando a exploração como se fosse um processo educativo. Tanto no pós-pandemia, como agora, depois das inundações, avança quantitativamente e qualitativamente esse problema – o cuidado com familiares transborda o espaço doméstico e retomam formas de trabalho nomeadas de domiciliares, também escamoteadas na expressão ajuda. Esta comunicação objetiva retomar as reflexões do diário de campo e avançar na leitura das produções mapeadas buscando aprofundar a distinção entre trabalho doméstico-domiciliar/exploração e a partilha das atividades domésticas como processo formativo do ser social. Tal reflexão compõe a fase exploratória do novo campo de pesquisa.

Palavras-chave: trabalho e formação humana; criança e adolescente; escola e contraturno;

## TRABALHO INFANTOJUVENIL DOMÉSTICO/DOMICILIAR: QUANDO A “AJUDA” PODE ESCONDER A EXPLORAÇÃO

Desde 1998, vamos compondo um grupo acadêmico que extensiona e pesquisa em uma periferia da zona sul de Porto Alegre, Rio Grande do Sul e tem como problemática o trabalho infantojuvenil. Até 2006, desenvolvemos a pesquisa em escolas públicas – uma municipal e outra estadual – e a extensão em associações de moradores onde funcionavam ações de contraturno à escola. Tínhamos como nosso interlocutor na comunidade, a quem apresentamos e com quem debatemos projetos e relatórios de extensão e pesquisa, além da minha tese, o conselho deliberativo da união de vilas da grande cruzeiro (condel). A partir do final de 2006, quando as redes de proteção passam a compor as microrregiões do conselho tutelar na cidade, passamos a pesquisar os vestígios de trabalho infantojuvenil mediadas pela escuta dos relatos na rede de proteção à infância, à adolescência e à família da microrregião 5 do concelho tutelar (ct), atentas, também, a outras violações de direitos. Em escolas e nos espaços de contraturno fazíamos oficinas de extensão sobre o trabalho infantojuvenil, mediadas pelo ECA. Continuamos atuando nestes três campos, e desde o início nos deparamos com a tensão entre a exploração do trabalho infantojuvenil doméstico e domiciliar e a expressão “ajuda” esgarçando a exploração como se fosse um processo educativo.

Metodologicamente, temos a observação participante (FootWhite, 1980) e o diário de campo, tomado como documento (Shiroma, 2005 e Evangelista, s/d) como estratégias articuladoras na pesquisa e na extensão, e entre ambas. No primeiro levantamento das situações de trabalho explorado infantojuvenil na microrregião, nos aproximamos de Bardin (2011) para avançar na compreensão do conteúdo que subsidiava cada uma das formas encontradas, dialogando com a experiência das trabalhadoras que compõem o grupo de pesquisa. Na fase atual da pesquisa, estamos construindo uma entrevista coletiva (Minayo, 2011) – roda de conversa (Figueirêdo e Queiroz, 2013; Melo, et al, 2016; Moura e Lima, 2014) para compreender as concepções e as práticas das trabalhadoras paif/psb (serviço de proteção e atendimento integral à família da proteção social básica) e paef/pse/mc (serviço de proteção e atendimento especializado à família e ao indivíduo da proteção social especial de média complexidade) tendo como objetivo geral compreender o processo de identificação das situações de trabalho infantojuvenil na abordagem das trabalhadoras de paif e paefi, com as seguintes especificidades, (1) resgatar o que o campo já nos apresentou para buscar dados quantitativos; (2) sistematizar as novas situações de trabalho de crianças e adolescentes; (3) identificar ferramentas utilizadas para compreender uma situação de trabalho precoce de crianças e desprotegido de adolescentes; (4) compreender a identificação e as estratégias de atuação destas trabalhadoras frente a cada situação.

Depois de lermos sobre entrevista coletiva, e possibilidades tais como grupo focal, grupo de discussão e roda de conversa tangenciando com a categoria diálogo (Shor e Freire,

1986). Definimos pela roda de conversa. Iniciamos no final de 2023, mas o final de ano, a demissão de muitas trabalhadoras – a grande maioria é terceirizada – rompeu a continuidade do campo no final do ano. As chuvas e depois a inundação atrasaram o retorno ao campo em 2024, então, tomamos aquela primeira roda de conversa como uma experiência piloto, discutimos, ajustamos nossa intervenção e reorganizamos o calendário para, em setembro, retomarmos o campo. Um dos produtos desta parte da pesquisa deverá ser uma cartilha elencando possibilidades de questões para aferir a relação com o trabalho infantojuvenil. Um modelo inicial para ser testado por um período com as trabalhadoras que participaram da roda de conversa e aquelas que compõem a rede de proteção, qualificado com a contribuição dos grupos e reformulado para distribuição nas demais redes de proteção e no programa ação rua, política de abordagem mediada por parceria público-privada.

A continuidade da escuta nas microrredes e no campo extensionista, tanto no pós-pandemia, como agora depois das inundações, mostrou o avanço quantitativo e qualitativo dessa violação de direitos – o cuidado com familiares transborda o espaço doméstico e retomam formas de trabalho nomeadas de domiciliares, também escamoteadas na expressão ajuda.

Esta comunicação tem como objetivo resgatar essa história em nossos escritos, avançar no diálogo com as produções mapeadas para compreensão e a distinção do trabalho doméstico-domiciliar/exploração e da partilha das atividades domésticas como processo formativo do ser social. Uma recomposição que alicerça a fase exploratória do novo campo de pesquisa.

## **O trabalho**

A exploração do trabalho como uma violação de direitos de crianças e adolescentes problemas crônicos e estruturais das sociedades cindidas em classes. Desde os primórdios do capitalismo, e sua revolução industrial, até os dias atuais, em que os grandes monopólios disputam até a última gota de sangue, literalmente, pelo menor custo na produção de mercadorias, que o trabalho infantojuvenil vem sendo utilizado como forma de extração de mais valia. Uma chaga social que mutila corpos, mentes, tempos e espaços de sujeitos em formação.

Ainda que importantes avanços na restrição e combate ao TIJ tenham ocorrido no último século, em decorrência da luta organizada da classe trabalhadora, os instrumentos jurídicos, legislativos e executivos de proteção e garantia de direitos não são suficientes para, de fato, superar o problema. Com a lógica ultraneoliberal e a acumulação por espoliação de direitos, o que observamos é um retrocesso no pouco que havia se conquistado, um aprofundamento da exploração e das violações de direitos contra crianças e adolescentes, com a expansão da terceirização como modo de contratação das trabalhadoras – quem tem a função de garantir direitos, não tem seus direitos garantidos – sobretudo, em um país como o Brasil, de capitalismo dependente, em que o subdesenvolvimento aparece como a forma de

desenvolvimento.

Compreendemos a necessidade de olharmos para a questão à luz da dupla face do trabalho, tensionando a dimensão educativa desse, como atividade fundamentalmente humana e potencialmente emancipatória, bem como sua manifestação histórica na sociedade capitalista, como trabalho explorado e alienado. Perspectiva elaborada a partir de Marx (1991), Frigotto (2002) e Mészáros (2002) e sob a qual entendemos o trabalho como categoria estruturante da análise. Identificamos que ambas as formas aparecem no cotidiano das crianças e adolescentes da região, e que a linha divisória é bastante tênue.

### **A dupla face do trabalho**

Compreendemos, a partir da teoria marxista, que o trabalho humaniza o ser humano. Mediado pela natureza, o ser humano se movimento e imprime utilidade à vida humana, produzindo valores de uso, necessários à sua existência e reprodução, neste processo, organiza-se socialmente. Transformando a natureza, o ser humano transforma a sociedade e a si mesmo, incorporando novas técnicas e conhecimentos individuais e coletivos. O trabalho assume assim um caráter ontológico, constituinte do ser humano e de sua evolução.

Elemento central no modo de produção da vida, pois não existe sociedade sem economia e economia sem sociedade, o trabalho assume também uma forma histórica, condicionada ao desenvolvimento das forças produtivas e suas correspondentes relações sociais de produção, de uma determinada sociedade. Como nos lembram Marx e Engels (2010) a história de todas as sociedades é a história da luta de classes, luta essa travada a partir da centralidade da divisão e exploração do trabalho, tendo no capitalismo sua forma mais desenvolvida, o trabalho assalariado. Temos acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) e Fonseca, Pergher e Nishimura, (2012), quando caracterizam a dupla face do trabalho, no seu sentido ontológico/valor de uso/princípio educativo e no seu sentido histórico/valor de troca/exploração e alienação.

No modo de produção capitalista encontramos a sociedade cindida em duas classes fundamentais – burgueses e trabalhadores – os primeiros detentores do capital e dos meios de produção, e os seguintes que, expropriados e despossuídos dos meios de produzir sua existência, sobrevivem da venda de sua força de trabalho por determinado valor, como qualquer mercadoria, mas com a especificidade de produzir mais valor, sendo fonte fundamental na obtenção de lucro. Nesta forma de organizar a vida encontramos o trabalho no seu caráter histórico – alienante e explorado. Sob o domínio do capital, o ser humano, ao invés de evoluir, aproximando-se da sua essência criativa, se aliena dos processos de produção e dos produtos do seu próprio trabalho. O trabalho toma uma dimensão de alienação, ou seja, de afastamento do ser humano de sua ontologia, daquilo que, num primeiro momento, o humanizou.

### **A dupla face do trabalho infantojuvenil**

Tomando o trabalho por sua dupla face, não defendemos a criação de “mamíferos de luxo”, nos termos gramscianos. É tênue a linha que separa o caráter educativo e a exploração. Exemplar é o caso do doméstico, uma das faces ao mesmo tempo mais visíveis e invisíveis do trabalho infantojuvenil (Fonseca e Oliveira, 2017). Certamente, o cuidado coletivo, a divisão de tarefas, a responsabilidade, assumem um caráter formativo, mas caracterizam a exploração ao subordinar os tempos e espaços da infância e da adolescência. Aqui a ideia da “ajuda” traveste e naturaliza o trabalho infantojuvenil doméstico, não é diferente com a forma domiciliar que constatamos em campo quando circulávamos no território, não aparecia nas microrredes. Depois da pandemia es estudantes extensionistas identificaram nas oficinas com a gurizada. Agora, após a inundação, já foi relatado nas microrredes e surge, também, um “deslocamento” de uma das situações de trabalho infantojuvenil doméstico – irmãs maiores que cuidam de irmãos na escola.

Na revisão bibliográfica, encontramos uma categorização que nos auxilia na compreensão da complexidade do trabalho infantojuvenil doméstico, estabelecendo as diferenciações necessárias, tendo como centralidade as diferentes possibilidades do trabalho, considerando sua dupla face, ou seja, podendo ser atividade formadora do ser humano, bem como atividade explorada e alienante, que implica em mutilação dos tempos formativos. Com base na moral hegemônica, o trabalho aparece como algo moralizante e que ocupa o tempo das crianças e dos adolescentes, evitando seu envolvimento com drogas e criminalidade, reforçando aspectos positivos do trabalho, sem problematizar a superexploração, a alienação e as opressões. O campo nos indica a necessidade de, também, considerarmos a questão de raça e gênero, além da classe.

### **Questões para diálogo, ainda que como considerações finais**

O trabalho como princípio educativo é diferente do trabalho educativo e, não raro, os espaços de trabalho educativo em oficinas de contraturno perdem e, muito, movimentos educativos mediados pelo trabalho.

Além da classe, precisamos compreender raça e gênero no trabalho infantojuvenil, o racismo se construiu como elemento estruturante da nossa sociedade desde o pós-abolição, e crianças negras são, desde então, as maiores vítimas do trabalho infantojuvenil. Conforme dados da PnadC 2022 divulgados pelo MPT, 1,2 milhão de crianças negras estão em situação de trabalho explorado. É preciso qualificar no trabalho das trabalhadoras da assistência social as três questões: classe, raça e gênero. Como construir uma política de Estado efetiva quando não temos esses dados considerados? O que essa invisibilidade revela? O trabalho infantojuvenil como uma condição estruturante do sistema capitalista precisa ser investigado acompanhando desigualdades de classe, raça e gênero.

### **Referências**

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo, Ed. 70, 2011.

- EVANGELISTA, O. **Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional.** s/d.
- FIGUEIRÊDO, A.; QUEIROZ, A. **A utilização de rodas de conversa como metodologia que possibilita o diálogo.** 2013.
- FOOTWHITE, 1980.
- FONSECA, L.; NISHIMURA, S.; PERGHER, E. O trabalho que organiza a vida e a exploração da força de trabalho. In: GONÇALVES, L.D.; MACHADO, C.R.S. **MARX e a EDUCAÇÃO Trabalho, Natureza e Conflitos.** Porto Alegre, RS, Evangraf, 2012.
- FONSECA, L. e OLIVEIRA, L. A dupla face do trabalho infantojuvenil: a dialética entre o princípio educativo e o trabalho explorado. **Trabalho Necessário**, v.15, n. 26, 2017.
- FRIGOTTO, G. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (org). **A experiência do trabalho e a educação básica.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- MARX, 1991.
- MARX e ENGELS, 2010.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2002.
- MELO, et al. **Roda de Conversa: uma Articulação Solidária entre Ensino, Serviço e Comunidade.** (2016).
- MINAYO, M. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- MOURA, A., LIMA, M. **A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível.** (2014).
- SHIROMA, E; CAMPOS, F. C e GARCIA, R.M. **Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise**